EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA: ALFABETIZAÇÃO, CONSCIÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DA CRIANÇA NA ESCOLA PÚBLICA

Rúbia Kátia Azevedo Montenegro[1]

RESUMO

O presente artigo analisa uma experiência pedagógica desenvolvida na Escola Municipal Dom José de Medeiros Delgado, que integra o Projeto MPT na Escola às ações do ProAlfa, com foco na alfabetização articulada à formação cidadã. A proposta considera a criança como sujeito de direitos e participante do processo de aprendizagem. O estudo adota abordagem qualitativa e caráter descritivo, tendo como base o relato de experiência elaborado pelas professoras da instituição. A discussão contempla práticas pedagógicas que relacionam leitura, escrita, letramento e consciência social, em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular e com as contribuições de Moran para a reflexão sobre tecnologias na educação. As ações descritas envolveram contos, poesias, atividades lúdicas e recursos digitais, associados à conscientização sobre o trabalho infantil. O relato aponta contribuições percebidas pelas professoras para o envolvimento nas práticas de leitura e escrita e para a compreensão dos direitos da criança. A ausência de informações sobre participantes, duração e instrumentos de acompanhamento limita a avaliação dos avanços mencionados. Conclui-se que a articulação entre alfabetização e educação para os direitos da infância oferece possibilidades para práticas contextualizadas, cuja continuidade requer planejamento e sistematização dos registros pedagógicos.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Direitos da criança, Práticas pedagógicas, Cidadania.

INTRODUÇÃO

A alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui um processo essencial à participação da criança na cultura escrita e à ampliação de suas possibilidades de compreender o mundo. Aprender a ler e a escrever envolve a apropriação do sistema de escrita e a construção de sentidos em situações de comunicação relacionadas à vida social. Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas precisam possibilitar que os estudantes utilizem a linguagem para expressar ideias, compartilhar experiências e refletir sobre questões que atravessam a infância.

Ao assumir esse compromisso, a escola pública pode articular os conhecimentos escolares à formação cidadã, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) orienta uma formação que contempla

[1] Doutora e Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, Celebration, Flórida, USA. E-mail: rubiakamontenegro@yahoo.com.br.

aprendizagens cognitivas, sociais e éticas. Essa compreensão permite aproximar o trabalho com a leitura e a escrita de temas que favoreçam o respeito à dignidade humana, a participação e a responsabilidade social.

Entre esses temas, o trabalho infantil ocupa lugar relevante por exigir uma abordagem educativa sensível às condições de vida das crianças e de suas famílias. Sua discussão na escola pode contribuir para problematizar situações socialmente naturalizadas e ampliar a compreensão sobre a importância de proteger o tempo destinado ao estudo, ao brincar e ao desenvolvimento infantil. Para isso, é necessário adequar a linguagem às características dos estudantes, evitando exposições pessoais e julgamentos sobre suas realidades familiares.

É nesse contexto que se situa a experiência desenvolvida na Escola Municipal Dom José de Medeiros Delgado – Parelhas/RN, mediante a integração entre o Projeto MPT na Escola e as ações do ProAlfa. Conforme o relato das gestoras Maria das Vitórias de Lima Silva e Francineide Maria de Araújo Oliveira, essa articulação possibilitou trabalhar gêneros textuais, atividades lúdicas e recursos digitais em diálogo com a conscientização sobre o trabalho infantil. A proposta reuniu objetivos relacionados à aprendizagem da língua escrita e à construção de conhecimentos sobre os direitos da infância.

A experiência suscita a seguinte questão: de que maneira a integração entre alfabetização e educação para os direitos da criança pode contribuir para práticas pedagógicas significativas nos anos iniciais do Ensino Fundamental? A partir dessa problemática, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da articulação entre o Projeto MPT na Escola e o ProAlfa para o desenvolvimento da leitura, da escrita e da consciência social dos estudantes.

O estudo apresenta abordagem qualitativa e caráter descritivo, tendo como base o relato de experiência elaborado pelas professoras da instituição. A análise concentra-se nas práticas descritas e em suas possibilidades educativas. A relevância da discussão está em compartilhar uma experiência que aproxima o ensino da língua escrita de questões sociais, oferecendo elementos para a reflexão sobre uma alfabetização comprometida com a formação integral das crianças.

DESENVOLVIMENTO

2.1 Alfabetização e formação cidadã no contexto escolar

A aprendizagem da leitura e da escrita adquire significado quando a criança compreende as possibilidades de uso desses conhecimentos em diferentes situações. Nessa direção, o planejamento pedagógico pode aproximar os objetivos da alfabetização de assuntos que despertem a curiosidade e favoreçam a participação dos estudantes. O contato com textos variados amplia as oportunidades de conhecer palavras, interpretar mensagens e construir posicionamentos sobre os temas abordados.

Na experiência relatada, a integração entre o ProAlfa e o Projeto MPT na Escola favoreceu essa aproximação ao inserir a discussão sobre os direitos da criança nas práticas de linguagem. A temática do trabalho infantil passou a compor o contexto das atividades de leitura e escrita, oferecendo uma finalidade social ao trabalho pedagógico. Dessa forma, os textos puderam ser explorados tanto em seus aspectos linguísticos quanto nos sentidos que produzem sobre a infância.

Essa articulação dialoga com a perspectiva de formação integral presente na BNCC (Brasil, 2017). O desenvolvimento das aprendizagens escolares relaciona-se, nessa compreensão, à possibilidade de participar da vida coletiva, respeitar outras pessoas e agir com responsabilidade. Assim, a abordagem dos direitos da criança pode integrar o currículo e contribuir para que os conhecimentos sejam mobilizados na interpretação de situações sociais.

Entretanto, a inserção de uma temática social exige preservar a intencionalidade do processo de alfabetização. É necessário que o professor estabeleça quais aprendizagens de leitura, escrita e oralidade pretende desenvolver e de que maneira os textos selecionados contribuirão para esse percurso. A conscientização sobre os direitos da infância e a aprendizagem da língua escrita podem fortalecer-se mutuamente quando estão articuladas em um planejamento coerente.

2.2 Gêneros textuais e compreensão dos direitos da infância

O relato destaca a utilização de contos e poesias como possibilidades de trabalho com a leitura e a escrita. Esses gêneros oferecem diferentes formas de aproximação com a linguagem, mobilizando imaginação, sensibilidade e interpretação. O conto possibilita

acompanhar acontecimentos, compreender personagens e discutir situações; a poesia favorece a atenção à sonoridade, ao ritmo e às diferentes possibilidades de expressão.

Ao serem relacionados à temática da infância, esses textos podem apoiar a construção de sentidos sobre o direito de estudar, brincar e viver em condições adequadas ao desenvolvimento. A mediação docente ocupa papel central nesse processo, pois permite relacionar o conteúdo das leituras às perguntas e interpretações das crianças. As atividades tornam-se, assim, oportunidades de aprendizagem da linguagem e de reflexão sobre a vida social.

Segundo as professoras, as práticas desenvolvidas valorizaram a escuta ativa e o protagonismo infantil. Esses aspectos são relevantes porque reconhecem que os estudantes possuem conhecimentos, experiências e interpretações que precisam ser considerados no trabalho escolar. A participação das crianças pode orientar intervenções pedagógicas e revelar aspectos que demandam maior esclarecimento durante a abordagem do tema.

A discussão sobre o trabalho infantil requer, ainda, cuidado para que nenhuma criança seja constrangida a relatar experiências pessoais ou familiares. O enfoque pedagógico deve privilegiar a compreensão dos direitos e a valorização da proteção à infância. Nessa perspectiva, a escola promove conhecimentos e atitudes de respeito, sem responsabilizar individualmente os estudantes por situações que envolvem condições sociais mais amplas.

O relato associa o trabalho com gêneros textuais à ampliação do vocabulário e da compreensão dos direitos das crianças. Essas percepções constituem elementos relevantes da experiência, embora o documento não apresente produções dos estudantes ou instrumentos de avaliação que permitam examinar detalhadamente a evolução das aprendizagens. Portanto, os resultados devem ser compreendidos como apreciações qualitativas das professoras sobre o processo vivenciado.

2.3 Ludicidade e tecnologias digitais na mediação da aprendizagem

As atividades lúdicas também aparecem no relato como parte das estratégias utilizadas para estimular o interesse pela leitura e pela escrita. Ao considerar os interesses dos estudantes, o professor amplia as possibilidades de envolvimento nas propostas e favorece a construção de um ambiente acolhedor. A ludicidade, nesse contexto, precisa estar articulada aos objetivos de aprendizagem e às necessidades das crianças.

Além dessas estratégias, as professoras mencionam jogos e plataformas interativas como recursos presentes na experiência. Seu uso pode diversificar as formas de contato com a linguagem e oferecer outras possibilidades de participação. Contudo, a contribuição pedagógica desses recursos depende da seleção realizada pelo professor, das condições de acesso e da mediação durante as atividades.

Na perspectiva de Moran (2015), as tecnologias podem ser compreendidas em relação à reorganização das práticas educativas e às possibilidades de participação dos estudantes. Essa compreensão ajuda a examinar a importância de decisões pedagógicas que atribuam sentido ao uso dos recursos digitais. A escolha das ferramentas precisa, portanto, considerar as aprendizagens pretendidas e as condições concretas do trabalho escolar.

Na experiência analisada, os recursos digitais integram um conjunto de práticas que também envolve gêneros textuais e atividades lúdicas. Sua contribuição deve ser examinada nessa relação com o planejamento. O relato não identifica as plataformas utilizadas nem detalha as tarefas realizadas, o que limita a análise sobre as características desses recursos e seus efeitos específicos na aprendizagem.

2.4 Percurso metodológico e análise da experiência

Este artigo caracteriza-se como um estudo qualitativo e descritivo, organizado a partir da análise de um relato de experiência pedagógica. O material de referência foi elaborado pelas gestoras Maria das Vitórias de Lima Silva e Francineide Maria de Araújo Oliveira e descreve a articulação entre o Projeto MPT na Escola e o ProAlfa na Escola Municipal Dom José de Medeiros Delgado.

A análise foi organizada em três eixos: as relações entre alfabetização e formação cidadã; o trabalho com gêneros textuais e direitos da infância; e a utilização de atividades lúdicas e tecnologias digitais. Esses eixos foram definidos a partir dos aspectos presentes no relato e permitiram discutir as relações entre as práticas descritas e os objetivos educativos anunciados pelas professoras.

O documento não informa o período de realização, o número de participantes, as turmas envolvidas ou a duração das atividades. Também não apresenta instrumentos de coleta de dados, registros individuais de aprendizagem ou avaliações comparativas. Por essa razão, a análise se concentra na descrição e na interpretação pedagógica da

experiência, sem estabelecer medidas de impacto ou relações causais entre as ações e os resultados mencionados.

As professoras atribuem à integração dos projetos contribuições para o engajamento dos estudantes, o desenvolvimento do vocabulário e a compreensão dos direitos das crianças. Esses aspectos sugerem possibilidades educativas de um planejamento que aproxima o ensino da língua escrita de situações socialmente relevantes. A temática compartilhada oferece um contexto para relacionar conteúdos e ampliar as finalidades das atividades escolares.

Outro aspecto destacado é o ambiente acolhedor e atento aos interesses dos estudantes. Essa condição pode favorecer a participação e permitir que as crianças expressem suas dúvidas e interpretações. Na abordagem de temas relacionados à proteção da infância, a qualidade da escuta e a mediação do professor são especialmente relevantes para conduzir as discussões com respeito às diferentes realidades.

A experiência também permite refletir sobre a relação entre formação docente e prática pedagógica. No relato, a vivência com o ProAlfa é associada à ampliação das estratégias utilizadas pelas professoras. Essa percepção indica a importância de ações formativas que dialoguem com os desafios da escola e ofereçam subsídios para o planejamento de atividades contextualizadas.

Desse modo, o principal resultado da análise consiste na identificação de possibilidades de integração entre alfabetização, participação infantil e educação para os direitos da criança. As contribuições descritas não autorizam afirmar ganhos mensurados de proficiência, mas oferecem elementos para compreender como essa articulação foi percebida pelas docentes e quais dimensões podem ser aprofundadas em registros posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do relato permitiu discutir as contribuições da integração entre o Projeto MPT na Escola e o ProAlfa para práticas de alfabetização articuladas à formação cidadã na Escola Municipal Dom José de Medeiros Delgado. A experiência apresenta possibilidades de aproximação entre a aprendizagem da leitura e da escrita e a compreensão dos direitos da criança, tendo o trabalho infantil como temática de reflexão.

O uso de contos, poesias, atividades lúdicas e recursos digitais compôs uma proposta orientada à participação dos estudantes e à contextualização das aprendizagens.

Conforme as percepções registradas pelas professoras, essa articulação favoreceu o envolvimento nas atividades e a ampliação das discussões sobre a infância. A escuta ativa e a valorização dos interesses das crianças aparecem como aspectos relevantes da mediação pedagógica.

Em relação ao objetivo do artigo, a experiência indica que o diálogo entre alfabetização e direitos da criança pode oferecer sentido social às práticas de linguagem. Ler e escrever passam a integrar situações em que os estudantes também são convidados a interpretar questões sociais, expressar ideias e reconhecer a importância da proteção à infância.

Essas conclusões precisam ser consideradas à luz dos limites do material analisado. A ausência de informações sobre participantes, duração, instrumentos de acompanhamento e produções escolares impede avaliar a dimensão dos avanços mencionados. Para aprofundar a experiência, recomenda-se sistematizar o planejamento, registrar as atividades e acompanhar as aprendizagens por meio de evidências compatíveis com os objetivos propostos.

Conclui-se que a articulação entre projetos e ações formativas constitui uma possibilidade pertinente para o planejamento de práticas de alfabetização contextualizadas. A experiência contribui para a reflexão sobre o compromisso da escola pública com a aprendizagem e com o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, indicando caminhos que podem ser aperfeiçoados a partir do acompanhamento pedagógico e da reflexão docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2015.